

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO



29 DE SETEMBRO
DE 2025

OIBR

B3 LISTED N1



ÍNDICE

1

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

PG 03



2

CONVITE

PG 06



3

PROCEDIMENTOS, ORIENTAÇÕES, PRAZOS E PROCURAÇÃO
PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

PG 07



4

MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

PG 14



5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PG 16



6

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

PG 19

*6.1 Origem e Justificativa da Proposta de Alteração Estatutária; e**6.2 Cópia do Estatuto Social Contendo a Alteração Proposta.*



1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

PREZADOS ACIONISTAS,

Convidamos V. Sas. a participarem da próxima Assembleia Geral Extraordinária ["AGE"] da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ["Oi" ou "Companhia"], convocada para realizar-se, em primeira, convocação, em 29/09/2025, às 15h, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Ten Meetings ["Plataforma Digital"], conforme detalhado no Edital de Convocação e ao longo deste Manual.

A AGE terá os seguintes itens deliberativos:

1. Aprovar a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, ambas na proporção de 25 ações de cada espécie para 1 ação da mesma espécie, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e
2. Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Como é de conhecimento dos Senhores, em abril de 2024, após longas e intensas negociações, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores um novo Plano de Recuperação Judicial ["PRJ"] da Companhia e de suas subsidiárias Portugal Telecom International Finance BV – Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Cooperatief UA – Em Recuperação Judicial ["Recuperandas"]. Desde então, o Grupo Oi vem implementando diversas medidas previstas no PRJ, necessárias à reestruturação de seu passivo, manutenção do capital de giro e à viabilização de seu novo plano estratégico de negócios.

Destaca-se, nesse sentido, (i) o financiamento DIP e o Novo Financiamento - Terceiros, no âmbito do qual foram liberados os valores de US\$ 601 milhões e R\$759 milhões, respectivamente, em favor das Recuperandas, o que contribuiu para o capital de giro durante o processo de recuperação judicial e o investimento em suas atividades operacionais; (ii) a alienação (ii.a) de parte dos seus ativos *non core*, como a UPI TV por Assinatura, pelo valor de até R\$ 30 milhões e WLL, pelo valor de até R\$ 4.4 milhões; (ii.b) de diversos imóveis não utilizados pelo Grupo Oi e que representam um custo de manutenção mensal desnecessário às empresas; e (ii.c) da UPI ClientCo, em operação que gerou um benefício econômico às Recuperandas da ordem de aproximadamente R\$ 5.7 bilhões.

Por meio dessas e de outras medidas, o Grupo Oi vem trabalhando para equacionar a sua dívida, reduzir os seus custos e remodelar a sua estratégia de negócios, sobretudo pelo



descomissionamento de atividades relacionadas ao antigo regime de concessão e pelo direcionamento de suas operações a novos mercados de alto potencial de crescimento.

Em paralelo, o Grupo Oi vem experimentando o franco desenvolvimento das atividades operacionais estratégicas apontadas como o seu atual “*core business*”. A melhoria de receitas está sendo obtida sobretudo por meio do ramo de negócios “Oi Soluções”, que obteve receita operacional líquida de mais de R\$ 1,75 bilhão no exercício findo em dezembro/2024.

Apesar dos avanços relatados acima, algumas das premissas presentes no PRJ, aprovado em abril de 2024, foram diferentes do esperado, como o atraso de alguns meses da venda da ClientCo e a não existência de um componente caixa no contexto da venda. Em função disso, o Grupo Oi ainda precisa de medidas alternativas para endereçar sua situação financeira atual, de modo que apresentou, nas últimas semanas, (i) pedido de aditamento ao PRJ, para promover uma alteração no cronograma e condições de pagamento de determinados credores para adequação ao fluxo de caixa da empresa; e (ii) pedido de recuperação judicial das subsidiárias Serede – Serviços de Rede S.A. e Brasil Telecom Call Center S.A. Além das medidas perante o Juízo da Recuperação Judicial, apresentou no âmbito dos procedimentos consolidados de *Chapter 15* em curso perante o *United States Bankruptcy Court – Southern District of New York*, pedido de extinção do reconhecimento e encerramento do *Chapter 15*.

Como sempre temos reforçado junto a todos nossos *stakeholders*, todo este processo de transformação vem sendo conduzido com responsabilidade, diligência e foco absoluto no futuro da Companhia.

A atual gestão possui experiência em cenários complexos de transformação e está dedicada a tomar as decisões necessárias com agilidade, estratégia e consistência. Nesse sentido, a liderança está comprometida com a implantação de medidas que garantam as condições adequadas para a estabilização operacional e a proteção dos interesses dos acionistas, credores, empregados e demais *stakeholders*. No entendimento da Companhia, o plano de recuperação é por natureza, dinâmico e ajustes são necessários durante o processo. O aditivo ao PRJ e eventuais medidas adicionais em outras jurisdições atendem às necessidades do momento para equilibrar a proteção jurídica e a sustentabilidade do negócio a longo prazo.

Dito isto, agradecemos a confiança depositada na Oi e em seus Administradores, reafirmando o propósito da Companhia de continuar atuando dentro de elevados preceitos éticos, com integridade, e praticando os princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Por fim, gostaríamos de destacar que, visando favorecer o entendimento dos investidores sobre as matérias a serem deliberadas, mantivemos o formato de um documento único contendo as informações do Manual de Participação dos Acionistas, explicações adicionais sobre as matérias a serem votadas e a Proposta da Administração.

Cordialmente,



Marcelo José Milliet
Diretor Presidente e
Diretor de Relações com Investidores

Paul Stewart Aronzon
Presidente do Conselho de Administração

VOLTAR



2. CONVITE

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DATA

29/09/2025

HORA

15:00

<https://assembleia.ten.com.br/632522897>

VOLTAR





3. PROCEDIMENTOS, ORIENTAÇÕES, PRAZOS E PROCURAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

3.1. MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO

Os Acionistas da Oi poderão exercer seu direito de voto na AGE via Boletim de Voto à Distância (“BVD”) ou via Plataforma Digital.

3.2. BVD: ORIENTAÇÕES PARA ENVIO

Os Acionistas que assim desejarem poderão participar da AGE exercendo seu direito de voto nas deliberações constantes da Ordem do Dia por meio de BVD, disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da B3, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na Assembleia, observadas as orientações constantes do BVD, em conformidade com a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 [“Resolução CVM 81”].

O Acionista que optar por exercer seu direito de voto via BVD poderá encaminhar o respectivo BVD: (i) para prestadores de serviços aptos, nos termos da Resolução CVM 81, conforme redação dada pela Resolução CVM nº 204, de 4 de junho de 2024; ou (ii) diretamente à Companhia, conforme orientações abaixo.

3.2.A. ENVIO DO BVD POR MEIO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio de BVD entregando-o a prestadores de serviços, poderá enviá-lo (i) ao Banco do Brasil S.A., escriturador das ações de emissão da Companhia, (ii) ao seu respectivo agente de custódia, no caso do Acionista titular de ações depositadas em depositário central, ou (iii) ao depositário central no qual as ações estejam depositadas, observados os procedimentos por eles estabelecidos, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Vale notar que, conforme determinado pela Resolução CVM 81, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto a distância dos Acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, conforme o caso.

3.2.B. ENVIO DO BVD DIRETAMENTE À COMPANHIA

O Acionista que optar por exercer seu direito de voto por BVD enviado diretamente à Companhia, deverá encaminhar **até o dia 25 de setembro de 2025**, inclusive, os seguintes documentos digitalizados em formato pdf exclusivamente para o endereço eletrônico invest@oi.net.br, conforme facultado pelo art. 27, §6º da Resolução CVM 81:



- (i) BVD, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) Cópia dos seguintes documentos:
 - (a) Para **pessoas físicas**, documento de identidade oficial válido com foto do Acionista e CPF do Acionista.
 - (b) Para **pessoas jurídicas**: (i) último Estatuto ou Contrato Social [conforme o caso] consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do Acionista; e (iii) documento de identidade oficial válido com foto e CPF do representante legal do Acionista.
 - (c) Para **fundos de investimento**: (i) último Regulamento do Fundo de Investimento consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) último Estatuto ou Contrato Social [conforme o caso] do administrador ou gestor [conforme o caso, observada a política de voto do fundo de investimento] consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (iii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do administrador ou gestor e do Acionista [conforme o caso]; e (iv) documento de identidade oficial válido com foto e CPF do representante legal do administrador ou do gestor [conforme o caso].

A Companhia solicita que os documentos que tenham sido originalmente emitidos em língua estrangeira sejam apresentados acompanhados da respectiva tradução para o Português.

De modo a facilitar a participação dos acionistas na Assembleia, a Companhia dispensará o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação.

O BVD, acompanhado da documentação requerida, será considerado válido apenas se recebido pela Companhia, em plena ordem, até **25 de setembro de 2025. Boletins recepcionados pela Companhia após este período serão desconsiderados.**

Conforme disposto no artigo 46 da Resolução CVM 81, a Companhia comunicará ao Acionista, por meio do endereço de e-mail informado no BVD, se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

Solicita-se, ainda, para fins de otimização do credenciamento, que o Acionista participante da custódia fungível de ações da B3 que optar por exercer seu direito de voto à distância por meio do envio do BVD diretamente à Companhia, que apresente extrato atualizado de sua posição acionária emitido pela instituição custodiante [notadamente, o extrato emitido pela B3]. Além disso, sem prejuízo das verificações de participação que a Companhia usualmente realiza, conforme os registros atualizados de participação de sua base acionária disponíveis à Companhia, o Acionista deverá informar a Companhia, por meio do endereço eletrônico invest@oi.net.br, a respeito de



qualquer movimentação com as ações por ele detidas entre a data base de tal extrato e a data da Assembleia, juntamente com os comprovantes de tais movimentações.

3.3. ASSEMBLEIA DIGITAL

A realização da AGE de forma exclusivamente digital tem por objetivo incentivar e facilitar a participação dos Acionistas e dos demais envolvidos na realização da AGE. O modelo exclusivamente digital vem sendo adotado nos últimos anos com sucesso pela Companhia e permite a participação de acionistas e colaboradores dispersos geograficamente, sem necessidade e nem custo de deslocamento.

Não haverá, assim, a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que será realizada de modo exclusivamente digital.

A participação dos acionistas poderá se dar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do art. 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGE, caso tenha ou não enviado o BVD; ou (ii) participar e votar na AGE, observando-se que, se o Acionista já tiver enviado o BVD e quiser votar via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas.

O sistema eletrônico de participação a ser disponibilizado pela Companhia permitirá que os acionistas cadastrados participem, se manifestem e votem na Assembleia Geral sem que se façam presentes fisicamente, nos termos estabelecidos pela Resolução CVM 81.

3.3.A. DOCUMENTOS EXIGIDOS

Os Acionistas ou respectivos procuradores que desejarem participar da AGE deverão acessar o site específico da Assembleia no endereço <https://assembleia.ten.com.br/632522897>, preencher seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGE, conforme detalhado abaixo, até o dia 27 de setembro de 2025 ("Credenciamento").

Os seguintes documentos serão exigidos para o Credenciamento do acionista na AGE:

- (i) **quando Pessoa Jurídica:** cópias do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia;
- (ii) **quando Pessoa Física:** cópias do documento de identidade válido com foto e CPF do Acionista; e
- (iii) **quando Fundo de Investimento:** cópias do regulamento do Fundo e cópia do Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia.

Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais, bem como cópias do documento de identidade e da ata de



eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato, comprovando os poderes de representação, além do documento de identidade válido com foto e CPF do procurador.

No caso de procurador, o mesmo deverá realizar o cadastro com seus dados no endereço <https://assembleia.ten.com.br/632522897> e, após receber e-mail de confirmação de Cadastro, deverá, através do *link* enviado para o e-mail informado, indicar o(s) acionista(s) que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista(s) e de representação, nos termos acima mencionados. O procurador receberá e-mail individual sobre o status do Credenciamento de cada acionista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. O procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na AGE pelos acionistas que tiverem seu Credenciamento confirmado pela Companhia.

Solicita-se, ainda, para fins de otimização do credenciamento, que o Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia via plataforma digital apresente extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes ao seu Credenciamento na Plataforma Digital, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

Os Acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os Acionistas brasileiros, ressalvado o aspecto de que os documentos, antes do seu envio pela Plataforma Digital, devem ser traduzidos para o Português.

A Oi não exigirá o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação.

No caso de detentores de *American Depositary Receipts* ("ADRs"), a instituição financeira depositária dos ADRs, o The Bank of New York Mellon, enviará *proxies* aos titulares dos ADRs para que estes exerçam seus direitos de voto e serão representados na AGE, nos termos do *Deposit Agreement*, por meio de seu representante no Brasil, o Banco Itaú Unibanco.

3.3.B. CONFIRMAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Após envio de todos os documentos necessários para habilitação, conforme acima indicados, o acionista ou procurador, conforme o caso, receberá a confirmação do Credenciamento para participação na AGE. Nos termos do art. 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto e conforme detalhado neste "Manual para Participação e Proposta da Administração".

Em caso de documentação incompleta, o acionista deverá complementar a documentação no mesmo endereço <https://assembleia.ten.com.br/632522897>, imprerivelmente até 27 de setembro de 2025.



Caso o Acionista Credenciado não receba a confirmação de Credenciamento, deverá enviar e-mail para invest@oi.net.br, em até 3 (três) horas antes do horário de início da AGE.

3.3.C. ACESSO À ASSEMBLEIA DIGITAL

O acesso à AGE estará restrito aos Acionistas, seus representantes ou procuradores, conforme o caso, que realizaram o Credenciamento no prazo e forma indicados neste “Manual para Participação e Proposta da Administração” (“Acionistas Credenciados”) e que ingressarem na plataforma digital até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia. A Companhia alerta que os acionistas que não realizaram o Credenciamento até o dia 27 de setembro de 2025 não estarão aptos a participar da AGE.

Os Acionistas Credenciados ou seus procuradores deverão se comprometer a: (i) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, o cadastro individual a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o cadastro intransferível; e (ii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da AGE.

Ressaltamos que o uso da Plataforma é compatível com *tablets* e *smartphones*, porém o acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio dos navegadores Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS e o navegador Mozilla Firefox não são compatíveis com a plataforma digital Ten Meetings. Além disso, é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a plataforma digital.

O registro da presença do Acionista Credenciado ou seu procurador via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via *link*, conforme instruções e nos horários aqui indicados.

A Companhia ressalta que é altamente recomendável que os Acionistas Credenciados (i) façam testes e se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar a incompatibilidade dos seus equipamentos eletrônicos com a Plataforma Digital e outros problemas com a sua utilização no dia da AGE; e (ii) acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos da hora prevista para o início da AGE, ou seja, até às 14:30, a fim de evitar eventuais problemas operacionais.

3.3.D. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA DIGITAL

O Acionista Credenciado que participar da AGE será considerado presente, podendo exercer seu respectivo direito de voto, e assinante da respectiva ata, nos termos do art. 47, inciso III e parágrafo §1º, da Resolução CVM 81. Por sua vez, o acionista que já tenha enviado BVD também poderá, caso deseje, se cadastrar para participar da AGE por meio da Plataforma Digital, desde que o faça na forma e no prazo descrito “Manual para Participação e Proposta da Administração”, hipótese em que tal acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia; ou (ii) participar e votar na



Assembleia, observando-se que, neste caso, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas.

Ressalte-se que a Plataforma Digital atende aos requisitos previstos no art. 28, §1º e incisos I a III da Resolução CVM 81, quais sejam: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral, pela Companhia, da Assembleia; (iii) a possibilidade de comunicação entre os acionistas presentes; e (iv) assegura o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos.

Os Acionistas Credenciados que ingressarem no sistema eletrônico, desde já autorizam que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia para: (i) registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a Assembleia; (ii) registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a Assembleia; (iii) registro da presença e dos votos proferidos pelos acionistas participantes; (iv) cumprimento de ordem legal de autoridades competentes; e (v) defesa da Companhia, seus administradores e terceiros contratados, em qualquer esfera judicial, arbitral, regulatória ou administrativa.

O Acionista Credenciado que deseje se manifestar sobre determinada matéria da Ordem do Dia da Assembleia deverá utilizar o chat da Plataforma Digital para manifestar tal pedido, de forma que, na ordem em que forem recebidos pela mesa, seja dada a palavra a tal Acionista Credenciado, através da abertura de seu áudio. Com o objetivo de manter o bom andamento da Assembleia, poderá ser estabelecido um tempo máximo para a manifestação de cada acionista participante.

Eventuais manifestações realizadas por escrito, enviadas à mesa da Assembleia para o e-mail invest@oi.net.br até o final da Assembleia, por qualquer Acionista Credenciado ou seu procurador, serão anexadas à respectiva ata, caso haja solicitação expressa.

O Acionista participante que quiser fazer uso da palavra para realizar manifestação sobre qualquer assunto não relacionado à ordem do dia da Assembleia deve utilizar os canais usuais de contato com a Companhia, por meio da área de Relações com Investidores.

A Companhia não se responsabiliza por problemas de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do Acionista Credenciado.

A fim de auxiliar os Acionistas Credenciados, será fornecido suporte técnico remoto e disponibilizadas aos Acionistas Credenciados as instruções básicas para acesso à Assembleia por meio da Plataforma Digital.

3.4. DÚVIDAS



Em caso de qualquer dúvida a respeito dos procedimentos e prazos descritos acima, solicitamos que entrem em contato com a Diretoria de Relações com Investidores da Companhia, no e-mail invest@oi.net.br.

3.5. INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu Procurador o Sr. [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], com Carteira de Identidade RG nº [=], inscrito no CPF/MF sob o nº [=], residente e domiciliado na cidade de [=], estado de [=], na Rua [=], [número], (“Outorgado”) para representar a Outorgante, na qualidade de Acionista da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, (“Companhia”), na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada de forma exclusivamente digital, nos termos do art. 5º, §2º, inciso I e do art. 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), em primeira convocação no dia 29 de abril de 2025, às 13:30, e, se necessário em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente (“Assembleia”), ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo:

- 1. Aprovar a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, ambas na proporção de 25 ações de cada espécie para 1 ação da mesma espécie, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e**

A FAVOR [] CONTRA [] ABSTENÇÃO []

- 2. Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia.**

A FAVOR [] CONTRA [] ABSTENÇÃO []

CIDADE, DIA DE MÊS E ANO
OUTORGANTE / ASSINATURA / CARGO



4. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

A administração da Companhia convida os Acionistas da Oi a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, para deliberarem sobre as seguintes matérias:

1. Aprovar a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, ambas na proporção de 25 ações de cada espécie para 1 ação da mesma espécie, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e
2. Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Caso não haja quórum suficiente para a instalação da Assembleia, a Companhia irá, posteriormente, anunciar uma nova data para a realização em segunda convocação, quando a Assembleia será instalada com a presença de qualquer número de acionistas para deliberação específica dos itens que não atingiram o quórum necessário em primeira convocação.

[1] PROPOSTA DE GRUPAMENTO DA TOTALIDADE DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA COMPANHIA, AMBAS NA PROPORÇÃO DE 25 AÇÕES DE CADA ESPÉCIE PARA 1 AÇÃO DA MESMA ESPÉCIE, COM A CONSEQUENTE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 5º DO ESTATUTO SOCIAL.

A administração da Companhia submete à aprovação dos acionistas da Companhia proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de sua emissão, nos termos do artigo 12 da Lei nº 6.404/76 [“Lei das S.A.”], na proporção de 25:1, de forma que cada lote de 25 ações de cada espécie, seja grupado em uma única ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial.

As ações de emissão da Companhia na forma de American Depositary Shares [“ADSs”] não serão objeto do grupamento de ações, razão pela qual a paridade dos ADSs com as ações locais sofrerá ajuste, visando a manutenção do total de ADSs. Dessa forma, cada ação ordinária passará a representar 5 [cinco] ADSs ON [1 ON: 5ADSs ON], enquanto uma ação preferencial será equivalente a 5 [cinco] ADSs PN [1 PN: 5 ADSs PN].

A proposta de grupamento tem por objetivo, além do enquadramento da cotação das ações de emissão da Companhia em valor igual ou superior a R\$ 1,00 por unidade, nos termos do artigo 46 do Regulamento de Emissores da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão [“B3”], atrair investidores institucionais e recompor a liquidez através da recolocação no ambiente de bolsa de ações resultantes do grupamento de frações detidas por acionistas inativos.

Caso aprovada a proposta de grupamento pela AGE, será concedido prazo, não inferior a 30 dias, para que os acionistas detentores de ações ordinárias ou preferenciais que desejarem possam ajustar suas posições de ações, por espécie, em lotes múltiplos de 25 ações, mediante negociação



na B3, de forma a permanecerem integrando o quadro acionário da Companhia após a efetivação do grupamento e/ou ajustarem a sua participação acionária, conforme o caso.

Transcorrido tal prazo, as eventuais frações de ações resultantes do grupamento serão agrupadas em números inteiros e vendidas em leilões na B3, sendo os valores resultantes da alienação das frações de ações disponibilizados aos respectivos acionistas, após a liquidação financeira da venda.

Concluído o processo acima, as ações da Companhia passarão a ser negociadas grupadas a partir do primeiro pregão subsequente.

Informações adicionais sobre os prazos e condições para o ajuste das posições e sobre os leilões das frações, bem como a disponibilização dos recursos deles resultantes serão divulgadas, por meio de Aviso aos Acionistas, após a realização da referida assembleia.

O grupamento não afetará os direitos patrimoniais e políticos das ações de emissão da Companhia.

Como resultado do grupamento, as atuais 328.544.466 ações ordinárias e 1.577.272 ações preferenciais passarão a representar 13.141.778 ações ordinárias e 63.090 ações preferenciais, respectivamente, com a consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, nos termos indicados no Anexo 6.1 deste Manual para Participação e Proposta da Administração, contendo a origem e justificativa da alteração estatutária e a versão comparada do Estatuto Social, com a demonstração da modificação recomendada.

(2) REFORMA E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

A presente proposta de reforma e consolidação do Estatuto Social contempla as mesmas alterações que já haviam sido submetidas à deliberação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ["AGOE"] convocada para o dia 29 de abril de 2025, a qual não chegou a ser instalada em relação a tais matérias, por se tratar de matéria sujeita a quórum qualificado de instalação.

As alterações que já haviam sido propostas ao Estatuto Social por ocasião da convocação para a AGOE tinham por objetivo primordial implementar alterações nas regras de composição do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles (CARC), adequações à realização de assembleias digitais, alteração de alçada interna de aprovação da indicação de membros dos órgãos deliberativos dos fundos de previdência complementar patrocinados e melhorias de redação.

Adicionalmente, a Administração da Companhia propõe também a consolidação do Estatuto Social, que passará a ter a redação constante do Anexo 6.2 deste Manual para Participação e Proposta da Administração, que também contém no Anexo 6.1 a origem e justificativa de cada alteração proposta.

VOLTAR





5. EDITAL DE CONVOCAÇÃO



Oi S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/ME: 76.535.764/0001-43
NIRE 33 3 0029520-8
COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi ou Companhia”) convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a realizar-se no dia 29/09/2025, às 15h, de forma exclusivamente digital, nos termos do art. 5º, §2º, inciso I e do art. 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), por meio da plataforma digital Ten Meetings (“Plataforma Digital”), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

- [1] Aprovar a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, ambas na proporção de 25 ações de cada espécie para 1 ação da mesma espécie, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e
- [2] Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na AGE estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, no “Manual para Participação e Proposta da Administração”, na página de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.oi.com.br/>), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), na forma da Resolução CVM nº 81 e da regulamentação da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (https://www.b3.com.br/pt_br/).
2. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da AGE ora convocada, conforme art. 12, §3º, do Estatuto Social da Companhia e art. 111, §1º, da Lei 6.404/76, e votarão sempre em conjunto com as ações ordinárias.
3. A participação dos acionistas na AGE poderá se dar:



- (i) via Boletim de Voto a Distância (“BVD”); ou
- (ii) via Plataforma Digital.

A. Votação à distância via BVD

4. Os acionistas que assim desejarem poderão participar desta AGE exercendo seu direito de voto nas deliberações constantes da Ordem do Dia por meio de BVD, conforme disponibilizado pela Companhia em seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da B3, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGE, observadas as orientações constantes do BVD, em conformidade com a Resolução CVM nº 81.

5. Os Acionistas poderão encaminhar seu BVD (i) para prestadores de serviços aptos, nos termos da Resolução CVM 81, conforme redação dada pela Resolução CVM nº 204, de 4 de junho de 2024; ou (ii) diretamente à Companhia.

6. Os Acionistas que optarem por remeter os BVDs diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até o dia 25 de setembro de 2025, inclusive, exclusivamente para o endereço eletrônico invest@oi.net.br, conforme facultado pelo art. 27, §6º da Resolução CVM 81, vias digitalizadas em formato pdf do BVD [devidamente preenchido, rubricado e assinado] e dos documentos pertinentes descritos no Manual para Participação e Proposta da Administração, não sendo necessário o encaminhamento da via original [física] do BVD e dos documentos pertinentes. Também fica dispensado o reconhecimento das firmas em cartório, bem como a autenticação dos documentos.

7. A Oi confirmará o recebimento dos documentos, bem como comunicará ao Acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

B. Assembleia Digital

8. A realização da AGE de forma exclusivamente digital tem por objetivo estimular e facilitar a participação e acesso dos Acionistas na AGE.

9. A participação dos acionistas na AGE via plataforma digital poderá se dar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGE, tenha ou não enviado o BVD; ou (ii) participar e votar na AGE, observando-se que, se o acionista já tiver enviado o BVD e quiser votar via Plataforma Digital, suas instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas.

B.1. Acesso à Assembleia Digital

10. Os Acionistas ou respectivos procuradores que desejarem participar da AGE via Plataforma Digital deverão acessar o site específico da assembleia, no endereço <https://assembleia.ten.com.br/632522897>, preencher seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGE, conforme detalhado abaixo e na Proposta da Administração, até o dia 27 de setembro de 2025 [“Credenciamento”].

11. Informações detalhadas sobre o acesso à Plataforma Digital e regras de conduta a serem adotadas na AGE constam do Manual para participação e Proposta da Administração, disponível nos websites indicados no item 1 das Instruções Gerais acima.

12. A participação na Assembleia Digital estará restrita aos Acionistas, seus representantes ou procuradores, conforme o caso, que realizarem o Credenciamento, na forma e prazo indicados no



Manual para participação e Proposta da Administração, e que ingressarem na plataforma digital até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia.

13. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital “Ten Meetings”. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia.

B.2. Documentos Exigidos

14. Os seguintes documentos serão exigidos para o Credenciamento dos Acionistas:

- (i) quando Pessoa Jurídica: cópias do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social [conforme o caso], ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia;
- (ii) quando Pessoa Física: cópias do documento de identidade e CPF do Acionista; e
- (iii) quando Fundo de Investimento: cópias do regulamento do Fundo e cópia do Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia.

15. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais, bem como as cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente.

16. Solicita-se, ainda, para fins de otimização do credenciamento, que o Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia via plataforma digital apresente extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes ao seu Credenciamento na Plataforma Digital, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

17. A Oi não exigirá o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação.

B.3 Confirmação do Credenciamento

18. Após envio de todos os documentos para habilitação, o Acionista ou procurador, conforme o caso, receberá a confirmação do Credenciamento para participação na AGE. Caso o Acionista não receba a confirmação do Credenciamento, deverá entrar em contato enviando e-mail para invest@oi.net.br, com até 3 (três) horas de antecedência do horário de início da AGE. Nos termos do art. 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto e conforme detalhado no “Manual para Participação e Proposta da Administração”.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2025.

Paul Stewart Aronzon
Presidente do Conselho de Administração



6. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

6.1 – ORIGEM E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA.

Inciso II do Art. 12 da Resolução CVM 81/22

Origem e Justificativa da Proposta de Alteração Estatutária

A tabela a seguir resume as alterações propostas do Estatuto Social da Companhia:

Relatório sobre as alterações propostas ao Estatuto Social da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

Segue, abaixo, relatório em forma de tabela, detalhando a origem e justificativa da proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia, analisando os seus eventuais efeitos jurídicos e econômicos, bem como cópia do estatuto social contendo, em destaque, a alteração proposta, conforme artigo 12 da Resolução CVM nº 81/22:

Relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos

Atual redação do Estatuto Social	Redação proposta ao Estatuto Social	Justificativa
Art. 5º - O capital social, subscrito, totalmente integralizado, é de R\$ 33.928.057.944,64 [trinta e três bilhões, novecentos e vinte e oito milhões, cinquenta e sete mil, novecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos], representado por 330.121.738 [trezentos e trinta milhões, cento e vinte e uma mil e setecentas e trinta e oito] ações, sendo 328.544.466 [trezentos e vinte e oito milhões, quinhentas e quarenta e quatro mil, quatrocentas e sessenta e seis] ações ordinárias e 1.577.272 [um milhão e quinhentas e setenta e sete mil e duzentas e setenta e duas] ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.	Art. 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 33.928.057.944,64 [trinta e três bilhões, novecentos e vinte e oito milhões, cinquenta e sete mil, novecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos], representado por 330.121.738 [trezentos e trinta milhões, cento e vinte e uma mil e setecentas e trinta e oito] 13.204.868 [treze milhões, duzentas e quatro mil, oitocentas e sessenta e oito] ações, sendo 328.544.466 [trezentos e vinte e oito milhões, quinhentas e quarenta e quatro mil, quatrocentas e sessenta e seis] 13.141.778 [treze milhões, cento e quarenta e uma mil, setecentas e setenta e oito] ações ordinárias e	Origem e Justificativa: Ajustes de redação para refletir o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, na proporção de 25 para 1 ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial. Efeitos jurídicos e econômicos: A proposta de grupamento tem por objetivo, além do enquadramento da cotação das ações de emissão da Companhia em valor igual ou superior a R\$ 1,00 por unidade, atrair investidores institucionais e recompor a liquidez através da recolocação no ambiente de



	1.577.272 (um milhão e quinhentas e setenta e sete mil e duzentas e setenta e duas) 63.090 (sessenta e três mil e noventa) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.	bolsa de ações resultantes do grupamento de frações detidas por acionistas inativos. Caso aprovada a proposta de grupamento, o número total de ações da Companhia será de 13.204.868 ações, sendo 13.141.778 ações ordinárias e 63.090 ações preferenciais.
Art. 5º [...] Parágrafo 4º - Os custos de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme disposto no Artigo 35, §3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ["Lei das Sociedades por Ações"].	Art. 5º [...] Parágrafo 4º - Os custos de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme disposto no Artigo 35, §parágrafo 3º , da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ["Lei das Sociedades por Ações"].	<i>Origem e Justificativa:</i> Alteração visa aprimorar a fluidez e a clareza do texto, sem modificar seu conteúdo material. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A alteração não implica em nenhum efeito jurídico e econômico.
Art. 11 - A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo Único - As ações ordinárias asseguram aos seus titulares o direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de alienação de controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao alienante, nos termos do Art. 46 deste Estatuto.	Art. 11 - A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo Único 1º - As ações ordinárias asseguram aos seus titulares o direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de alienação de controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao alienante, nos termos do Art. 46 deste Estatuto.	<i>Origem e Justificativa:</i> Alteração visa ajustar numeração do parágrafo. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A alteração não implica em nenhum efeito jurídico e econômico.
Art. 14 - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ou na forma prevista no parágrafo único do Artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações.	Art. 14 - A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. A Assembleia Geral poderá ser realizada de modo presencial, parcial digital ou exclusivamente digital, observada a regulamentação aplicável. Parágrafo Único - Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente	<i>Origem e Justificativa:</i> A inclusão objetiva refletir práticas relativas à realização de Assembleias Gerais que já vem sendo adotadas há alguns anos pela Companhia, inclusive em assembleias digitais. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> O artigo assegura que a realização conjunta da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária esteja



	identificados assinarão o “Livro de Presença de Acionistas”, ressaltados os casos de assembleia parcial ou exclusivamente digital, em que o registro de presença se dá por meio do sistema eletrônico de participação a distância. Art. 1415 - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ou na forma prevista no parágrafo único do Artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações.	devidamente prevista no Estatuto, evitando questionamentos sobre sua validade, além de estar em conformidade com normas da Comissão de Valores Mobiliários [CVM], como a Resolução CVM nº 81/22 e suas alterações, que regulamentam a participação digital e os procedimentos para registro de presença. A realização conjunta das Assembleias evita a necessidade de convocação e realização separada de duas reuniões, reduzindo despesas com logística, publicação de editais e estrutura para participação dos acionistas. Adicionalmente, o formato digital ou híbrido diminui custos com deslocamento, hospedagem e infraestrutura física para os acionistas e administradores.
Art. 15 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou por quem este indicar, seja no momento da Assembleia, seja previamente, por meio de instrumento de procuração com poderes específicos. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração ou de indicação de sua parte, a Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar, no momento da Assembleia ou por meio de procuração outorgada previamente com poderes específicos. Ocorrendo a ausência também do Vice-Presidente do Conselho ou de indicação de sua parte, caberá a qualquer Diretor presente instalar e presidir a Assembleia Geral. O Presidente da mesa, por	Art. 1516 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou por quem este indicar, seja no momento da Assembleia, seja previamente, por meio de instrumento de procuração com poderes específicos por escrito. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração ou de indicação de sua parte, a Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar, no momento da Assembleia ou por meio de procuração outorgada previamente com poderes específicos por escrito. Ocorrendo a ausência também do Vice-Presidente do Conselho ou de indicação de sua parte, caberá a qualquer Diretor presente instalar e presidir a Assembleia Geral. O Presidente da mesa Assembleia	<i>Origem e Justificativa:</i> A alteração tem como objetivo desburocratizar a indicação do Presidente da Mesa, mantendo a formalidade, por escrito, da delegação de responsabilidade para a instalação e presidência da Assembleia Geral. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A exigência de formalização por escrito garante segurança jurídica, tal como ocorria com a outorga de poderes específicos mediante procuração. Não há implicações econômicas.



sua vez, deverá escolher o respectivo Secretário.	Geral , por sua vez, deverá escolher o respectivo Secretário.	
Art. 16 – Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o Livro de Presença de Acionistas. Parágrafo Único – A assinatura da lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa no momento da instalação da Assembleia Geral.	Art. 16 – Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o Livro de Presença de Acionistas. Parágrafo Único – A assinatura da lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa no momento da instalação da Assembleia Geral.	<i>Origem e Justificativa:</i> Exclusão deste artigo e seu parágrafo único se justifica em razão da inclusão do novo artigo 14 e seu parágrafo único que tratam do mesmo tema. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A alteração não implica em nenhum efeito jurídico e econômico.
Art. 17 – Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pela Mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação: [i] Até 2 [dois] dias úteis antes da Assembleia Geral todos os acionistas deverão enviar à Companhia, no endereço indicado no Edital de Convocação, comprovante ou extrato expedido pela instituição escrituradora ou pelo responsável pela custódia contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente nos 3 [três] dias úteis antes da assembleia geral; e [i] quando Pessoa Jurídica, cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração [quando houver] e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia Geral; ou [ii] quando Pessoa Física, cópias autenticadas do documento de identidade e número de contribuinte do acionista; e [iii] quando Fundo de Investimento, cópias autenticadas do regulamento do Fundo e Estatuto Social ou	Art. 17 – Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pela Mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação: [i] Até 2 [dois] dias úteis antes da Assembleia Geral todos os acionistas deverão enviar à Companhia, no endereço indicado no Edital de Convocação, comprovante ou extrato expedido pela instituição escrituradora ou pelo responsável pela custódia contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente nos 3 [três] dias úteis antes da assembleia geral; e [i] quando Pessoa Jurídica, cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração [quando houver] e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia Geral, devidamente registrado(s) na Junta Comercial competente ; ou [ii] quando Pessoa Física, cópias autenticadas do documento de identidade e número de contribuinte do acionista; e [iii] quando Fundo de Investimento, cópias autenticadas do regulamento em	<i>Origem e Justificativa:</i> A alteração tem como objetivo modernizar e simplificar os procedimentos administrativos, substituindo a obrigatoriedade de autenticação de documentos e reconhecimento de assinaturas pela apresentação de documentos com chancela de registro do órgão competente e assinaturas digitais. Referido procedimento já vinha sendo adotado pela Companhia nas últimas Assembleias Gerais. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A mudança reforça a aceitação da assinatura digital e da chancela eletrônica como meios legítimos de comprovação de autenticidade, dispensando a necessidade de reconhecimento de firma e autenticação em cartório, tornando os processos mais ágeis e acessíveis.



Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente (ii) os documentos referidos no item anterior poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no item acima deverão ser exibidos à Companhia até a instalação da Assembleia Geral.	vigor do Fundo e Estatuto Social ou Contrato Social do administrador ou do gestor do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia, devidamente registrado na Junta Comercial competente. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida por meio de assinatura digital ou eletrônica com certificação fora ou no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente. (iii) — os documentos referidos no item anterior poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no item acima deverão ser exibidos à Companhia até a instalação da Assembleia Geral.	
Art. 21 [...] Parágrafo 1º - A investidura dos administradores, que independerá de caução, dar-se-á pela assinatura do termo de posse no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso. A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do Regulamento do Nível 1 e do Termo de Adesão ao Código de Ética e às Políticas de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários adotados	Art. 21 [...] Parágrafo 1º - A investidura dos administradores, que independerá de caução, dar-se-á pela assinatura do termo de posse no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso. A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do Regulamento do Nível 1 e do Termo de Adesão ao Código de Ética e Conduta e às Políticas de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários	<i>Origem e Justificativa:</i> A alteração visa atualizar a nomenclatura do Código de Ética e Conduta da Companhia. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A alteração não implica em nenhum efeito jurídico e econômico.



pela Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.	adotados pela Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.	
Art. 24 – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% [vinte por cento] deverão ser Conselheiros Independentes, na forma prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante a faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.	Art. 24 – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% [vinte por cento] deverão ser Conselheiros Independentes, na forma prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante a faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.	<i>Origem e Justificativa:</i> Alteração visa aprimorar a fluidez e a clareza do texto, sem modificar seu conteúdo material. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A alteração não implica em nenhum efeito jurídico e econômico.
Art. 28 – O Conselho de Administração reunir-se-á, em caráter ordinário, conforme calendário a ser divulgado pelo seu Presidente no primeiro mês de cada exercício social, o qual preverá, no mínimo, reuniões mensais, e, extraordinariamente, sempre que necessário.	Art. 28 – O Conselho de Administração reunir-se-á, em caráter ordinário, conforme calendário a ser divulgado pelo seu Presidente no primeiro mês definido no início de cada exercício social, o qual preverá, no mínimo, reuniões mensais, e, extraordinariamente, sempre que necessário.	<i>Origem e Justificativa:</i> O Conselho de Administração tem por procedimento interno, a fim de otimização dos trabalhos e previsibilidade de agenda, a definição de calendário contendo o cronograma de atividades e reuniões do órgão no início de cada exercício social. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A alteração não implica em nenhum efeito jurídico e econômico.
Art. 31 – Além das atribuições previstas em lei e neste Estatuto, compete ao Conselho de Administração: i. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas e acompanhar sua execução; ii. convocar a Assembleia Geral; iii. aprovar o orçamento anual da Companhia e de suas controladas, e as metas e estratégias de negócios previstos para o período subsequente;	Art. 31 – Além das atribuições previstas em lei e neste Estatuto, compete ao Conselho de Administração: i. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas e acompanhar sua execução; ii. convocar a Assembleia Geral; iii. aprovar o orçamento anual da Companhia e de suas controladas, e as metas e estratégias de negócios previstos para o período subsequente;	<i>Origem e Justificativa:</i> Com relação à inclusão do novo inciso (vii), a avaliação do desempenho do Diretor Presidente é prática essencial para garantir a continuidade e a estabilidade da gestão, alinhando-se às melhores práticas de governança corporativa e que já vem sendo adotada há alguns anos pela Companhia. A alteração do inciso (x) busca tão somente concentrar em um único inciso a competência sobre aprovação e alteração dos Regimentos Internos,



iv. aprovar a política de remuneração dos administradores e empregados da Companhia, definindo as metas a serem alcançadas em programas de remuneração variável, observada a legislação aplicável; v. manifestar-se e submeter à Assembleia Geral o relatório da administração e as contas da diretoria; vi. eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições legais e estatutárias; vii. fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, examinar, a qualquer tempo, os livros da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos; viii. escolher e destituir os auditores independentes; ix. aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração; x. estabelecer a localização da sede da Companhia; xi. submeter à Assembleia Geral a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício; xii. aprovar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação; xiii. autorizar a emissão de ações pela Companhia, nos limites autorizados no Artigo 7º deste	iv. aprovar a política de remuneração dos administradores e empregados da Companhia, definindo as metas a serem alcançadas em programas de remuneração variável, observada a legislação aplicável; v. manifestar-se e submeter à Assembleia Geral o relatório da administração e as contas da diretoria; vi. eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições legais e estatutárias; vii. avaliar o desempenho do Diretor Presidente; vii.viii. fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, examinar, a qualquer tempo, os livros da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos; viii.ix. escolher e destituir os auditores independentes; ix.x. aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento; x.xi. estabelecer a localização da sede da Companhia; xi.xii. submeter à Assembleia Geral a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício; xii.xiii. aprovar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação; xiii.xiv. autorizar a emissão de ações pela Companhia, nos	justificando a exclusão do inciso [xiii]. Com relação à exclusão do inciso [xxii], a proposta visa que as indicações de membros dos órgãos deliberativos dos fundos de previdência complementar passem a ser feitas pela Diretoria. Quanto à exclusão do inciso [xxvi], justifica-se em razão da rescisão dos Contratos de Concessão do STFC, nos termos do Termo de Autorização nº 13/2024 firmado pela Companhia junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Por fim, com relação às demais alterações, trata-se apenas de renumeração dos incisos em consequência dos ajustes já mencionados. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> As alterações não implicam em nenhum efeito econômico. Com relação à exclusão do inciso [xxii], a proposta gera efeito na governança interna da Companhia com alteração de alçada do Conselho de Administração para Diretoria. Quanto à exclusão do inciso [xxvi], justifica-se em razão da rescisão dos Contratos de Concessão do STFC, nos termos do Termo de Autorização nº 13/2024 firmado pela Companhia junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.
---	---	--



Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização; xiv. aprovar a realização, pela Companhia ou suas controladas, de investimentos e desinvestimentos no capital de outras sociedades que excederem a alçada da Diretoria, assim como autorizar associações e celebração de acordos de acionistas pela Companhia e suas controladas; xv. aprovar empréstimos, financiamentos ou outras operações que impliquem em endividamento da Companhia ou das sociedades controladas, cujo valor seja superior à alçada da Diretoria; xvi. aprovar a emissão e cancelamento de debêntures simples, bem como a emissão de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, e de debêntures não conversíveis da Companhia e de suas controladas; xvii. autorizar a Diretoria a adquirir, alienar e constituir ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre os bens do ativo permanente, prestar garantias em geral, celebrar contratos de qualquer natureza, renunciar a direitos e transações de qualquer natureza da Companhia e de suas controladas, em valores que representem responsabilidade igual ou superior à alçada da Diretoria; xviii. autorizar a prestação de garantias reais ou fidejussórias pela Companhia e de suas controladas para obrigações de terceiros em valor superior à alçada da Diretoria;	limites autorizados no Artigo 7º deste Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização; xiv-xv. aprovar a realização, pela Companhia ou suas controladas, de investimentos e desinvestimentos no capital de outras sociedades que excederem a alçada da Diretoria, assim como autorizar associações e celebração de acordos de acionistas pela Companhia e suas controladas; xv-xvi. aprovar empréstimos, financiamentos ou outras operações que impliquem em endividamento da Companhia ou das sociedades controladas, cujo valor seja superior à alçada da Diretoria; xvi-xvii. aprovar a emissão e cancelamento de debêntures simples, bem como a emissão de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, e de debêntures não conversíveis da Companhia e de suas controladas; xvii-xviii. autorizar a Diretoria a adquirir, alienar e constituir ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre os bens do ativo permanente, prestar garantias em geral, celebrar contratos de qualquer natureza, renunciar a direitos e transações de qualquer natureza da Companhia e de suas controladas, em valores que representem responsabilidade igual ou superior à alçada da Diretoria; xviii-xix. autorizar a prestação de garantias reais ou fidejussórias pela Companhia e de suas controladas para obrigações de terceiros em valor superior à alçada da Diretoria;	
---	---	--



xix. aprovar contribuições extraordinárias para os fundos de previdência complementar patrocinados pela Companhia ou suas controladas; xx. elaborar e divulgar parecer fundamentado a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, no qual deverá haver manifestação, sobre, no mínimo, [a] a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; [b] os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e [c] alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado, abrangendo, ainda, opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da oferta pública de aquisição de ações e o alerta de que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a referida aceitação; xxi. tendo em vista o compromisso da Companhia e das sociedades controladas com o desenvolvimento sustentável, autorizar a prática de atos gratuitos em benefício de seus empregados ou da comunidade, em valor superior à alçada da Diretoria; xxii. indicar os representantes dos órgãos deliberativos dos fundos de previdência complementar patrocinados pela Companhia ou suas controladas;	xi-xx. aprovar contribuições extraordinárias para os fundos de previdência complementar patrocinados pela Companhia ou suas controladas; xx-xxi. elaborar e divulgar parecer fundamentado a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, no qual deverá haver manifestação, sobre, no mínimo, [a] a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; [b] os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e [c] alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado, abrangendo, ainda, opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da oferta pública de aquisição de ações e o alerta de que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a referida aceitação; xxi-xxii. tendo em vista o compromisso da Companhia e das sociedades controladas com o desenvolvimento sustentável, autorizar a prática de atos gratuitos em benefício de seus empregados ou da comunidade, em valor superior à alçada da Diretoria; xxii. indicar os representantes dos órgãos deliberativos dos fundos de previdência complementar patrocinados pela Companhia ou suas controladas;	
--	---	--



xxiii. aprovar os Regimentos Internos dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia; xxiv. dentro do limite do capital autorizado, autorizar a outorga de opção de compra de ações aos seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia; xxv. distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria a remuneração fixada pela Assembleia Geral; xxvi. fazer cumprir com que a Companhia, durante o prazo de concessão e sua prorrogação, obrigue-se a assegurar a efetiva existência, em território nacional, dos centros de deliberação e implementação das decisões estratégicas, gerenciais e técnicas envolvidas no cumprimento do Contrato de Concessão do STFC, do Termo de Autorização para Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações, do Termo de Autorização para Serviço Telefônico Móvel Rodoviário, inclusive fazendo refletir tal obrigação na composição e nos procedimentos decisórios de seus órgãos de administração.	xxiii. aprovar os Regimentos Internos dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia; xxiv xxiii. dentro do limite do capital autorizado, autorizar a outorga de opção de compra de ações aos seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia; e xxv xxiv. distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria a remuneração fixada pela Assembleia Geral. xxvi. fazer cumprir com que a Companhia, durante o prazo de concessão e sua prorrogação, obrigue-se a assegurar a efetiva existência, em território nacional, dos centros de deliberação e implementação das decisões estratégicas, gerenciais e técnicas envolvidas no cumprimento do Contrato de Concessão do STFC, do Termo de Autorização para Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações, do Termo de Autorização para Serviço Telefônico Móvel Rodoviário, inclusive fazendo refletir tal obrigação na composição e nos procedimentos decisórios de seus órgãos de administração.	
Art. 32 - A Companhia terá um Comitê de Auditoria, Riscos e Controles ["CARC"], órgão de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, podendo este, ainda, criar outros Comitês de Assessoramento, designando os seus respectivos membros dentre os membros do Conselho de Administração. Parágrafo 1º - O CARC adotará Regimento Interno próprio,	Art. 32 - A Companhia terá um Comitê de Auditoria, Riscos e Controles ["CARC"], órgão de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, podendo este, ainda, criar outros Comitês de Assessoramento, designando os seus respectivos membros dentre os membros do Conselho de Administração. Parágrafo 1º - O CARC adotará Regimento Interno próprio,	<i>Origem e Justificativa:</i> A alteração da regra de composição do CARC atende à Resolução CVM nº 23/2021, que determina que os membros do CARC tenham reconhecida experiência em contabilidade societária, sem exigir que a totalidade de seus membros sejam também membros do Conselho de Administração da Companhia.



aprovado pelo Conselho de Administração, que deverá prever detalhadamente suas funções, requisitos de admissibilidade e independência, suas competências e seus procedimentos operacionais. Parágrafo 2º – O CARC funcionará permanentemente e será composto, no mínimo, por 3 (três) e, no máximo, por 5 membros, todos conselheiros independentes na forma prevista no Estatuto Social, indicados pelo Conselho de Administração, para mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração. Parágrafo 3º – Os demais Comitês de Assessoramento criados pelo Conselho de Administração terão seus objetivos e competências por ele definidos, serão compostos por no mínimo 3 e no máximo 5 membros e deverão sempre ter sua maioria composta por Conselheiros de Administração da Companhia. Parágrafo 4º – Não poderão ser indicados como membros de qualquer Comitê empregados ou Diretores da Companhia. Parágrafo 5º – Sempre que as atribuições de determinado Comitê de Assessoramento assim o exigirem, o Conselho de Administração poderá designar especialista(s) externo(s) como membro(s) do referido Comitê, desde que reconhecido(s) por sua notória qualificação técnica e experiência nas matérias afetas ao Comitê, selecionado(s) através de processo organizado pela Companhia. O membro externo do Comitê estará sujeito	aprovado pelo Conselho de Administração, que deverá prever detalhadamente suas funções, requisitos de admissibilidade e independência, suas competências e seus procedimentos operacionais. Parágrafo 2º – O CARC funcionará permanentemente e será composto, no mínimo, por 3 (três) e, no máximo, por 5 [cinco] membros, todos conselheiros independentes na forma prevista no Estatuto Social, indicados pelo Conselho de Administração, observados os requisitos da legislação aplicável. Os membros do CARC terão para mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração. Parágrafo 3º – Os demais Comitês de Assessoramento criados pelo Conselho de Administração terão seus objetivos e competências por ele definidos, serão compostos por no mínimo 3 [três] e no máximo 5 [cinco] membros e deverão sempre ter sua maioria composta por Conselheiros de Administração da Companhia. Parágrafo 4º – Não poderão ser indicados como membros de qualquer Comitê empregados ou Diretores da Companhia. Parágrafo 5º – Salvo no que se refere ao CARC, Sempre que as atribuições de determinado Comitê de Assessoramento assim o exigirem, o Conselho de Administração poderá designar especialista(s) externo(s) como membro(s) do referido Comitê, desde que reconhecido(s) por sua notória qualificação técnica e experiência nas matérias afetas ao Comitê, selecionado(s) através de processo organizado pela Companhia. O membro externo do Comitê estará sujeito aos mesmos	<i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A alteração atende ao art. 31-C, I, da Resolução CVM nº 23/2021. A alteração não implica em nenhum efeito econômico.
--	---	--



aos mesmos deveres e responsabilidades a que os Conselheiros de Administração estão obrigados, no âmbito de sua atuação no respectivo Comitê.	deveres e responsabilidades a que os Conselheiros de Administração estão obrigados, no âmbito de sua atuação no respectivo Comitê.	
Art. 35 [...] Parágrafo 6º - Os Diretores poderão participar das reuniões do órgão através de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita que todos os Diretores possam ver e/ou ouvir uns aos outros. Nesse caso, os Diretores serão considerados presentes à reunião, devendo ser lavrada ata e assinada por todos os presentes até a próxima reunião.	Art. 35 [...] Parágrafo 6º - Os Diretores poderão participar das reuniões do órgão através de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita que todos os Diretores possam ver e/ou ouvir uns aos outros. Nesse caso, os Diretores serão considerados presentes à reunião, devendo ser lavrada ata e assinada por todos os presentes até a próxima reunião. Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Jurídico, e até que o Conselho de Administração delibere a respeito da eleição para o cargo vago, as funções relativas ao cargo vago serão cumuladas por Diretor designado pela Diretoria.	<i>Origem e Justificativa:</i> Para fins exclusivamente organizacionais, sem alteração do conteúdo, o parágrafo 6º do Art. 35 será realocado para o parágrafo 1º do Art. 36, e o caput do Art. 36 passará a compor o parágrafo 6º do Art. 35. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A alteração não implica em nenhum efeito jurídico e econômico.
Art. 36 – Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Jurídico, e até que o Conselho de Administração delibere a respeito da eleição para o cargo vago, as funções relativas ao cargo vago serão cumuladas por Diretor designado pela Diretoria.	Art. 36 – Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Jurídico, e até que o Conselho de Administração delibere a respeito da eleição para o cargo vago, as funções relativas ao cargo vago serão cumuladas por Diretor designado pela Diretoria. A Diretoria reunir-se-á, em caráter ordinário, conforme calendário definido no início de cada exercício social, e, extraordinariamente, sempre que necessário. Parágrafo 1º - Os Diretores poderão participar das reuniões do órgão através de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que	<i>Origem e Justificativa:</i> Para fins exclusivamente organizacionais, sem alteração do conteúdo, o caput do art. 36 será realocado para o parágrafo 6º do art. 35 e o parágrafo 6º do art. 35, transformado no Parágrafo 1º do art. 36. A nova redação do caput do art. 36 estabelece a obrigatoriedade de a Diretoria se reunir ordinariamente conforme calendário definido no início de cada ano, de acordo com as melhores práticas de governança, já observadas pela Companhia. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i>



	permita que todos os Diretores possam ver e/ou ouvir uns aos outros. Nesse caso, os Diretores serão considerados presentes à reunião, devendo ser lavrada ata e assinada por todos os presentes até a próxima reunião.	A alteração não implica em nenhum efeito jurídico e econômico.
Art. 37 [...] Parágrafo 1º - A Companhia poderá ser representada por apenas um Diretor ou um procurador, este último devidamente mandatado na forma deste Artigo, na prática dos seguintes atos: I - recebimento e quitação de valores devidos à e pela Companhia; II - emissão, negociação, endosso e desconto de duplicatas relativas às suas vendas; III - assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia; IV - representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação; V - representação da Companhia em juízo, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos; e VI - prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.	Art. 37 [...] Parágrafo 1º - A Companhia poderá ser representada por apenas um Diretor ou um procurador, este último devidamente mandatado na forma deste Artigo, na prática dos seguintes atos: I - recebimento e quitação de valores devidos à e pela Companhia; II - emissão, negociação, endosso e desconto de duplicatas relativas às suas vendas; III - assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia; IV - representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação, consórcios, associações e outras entidades das quais a Companhia participe; V - representação da Companhia em juízo, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos; e VI - prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza; e VII - quando o ato a ser praticado impuser representação singular.	<i>Origem e Justificativa:</i> A participação em consórcios, associações e outras entidades concernem à atividade empresarial da Companhia, sendo necessária a previsão no Estatuto de que a Diretoria tem poderes para representar a Companhia também nestes casos. A inclusão do inciso VII visa apenas a legitimar a representação singular da Companhia quando assim for exigido. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A alteração visa legitimar a Diretoria, por meio de previsão no Estatuto Social, a representar a Companhia junto a consórcios, associações e outras entidades e nos casos em que assim for exigido.
Art. 38 - Compete à Diretoria, como órgão colegiado:	Art. 38 - Compete à Diretoria, como órgão colegiado:	<i>Origem e Justificativa:</i>



i. estabelecer políticas específicas e diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pelo Conselho de Administração; ii. elaborar o orçamento, a forma de sua execução e os planos gerais da Companhia, para aprovação do Conselho de Administração; iii. examinar as propostas de controladas da Companhia relativas a desenvolvimento de mercado, plano de investimentos e orçamento, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração; iv. aprovar a agenda de propostas da Companhia e das controladas para negociação com o Órgão Regulador; v. apreciar o relatório da administração e as contas da Diretoria, bem como a proposta de destinação do resultado, submetendo-os ao Conselho Fiscal, aos Auditores Independentes e ao Conselho de Administração; vi. nomear os membros da administração das sociedades controladas da Companhia; vii. fixar a orientação de voto nas Assembleia Gerais das sociedades controladas e participadas; viii. criar, extinguir e alterar endereços de filiais e escritórios da Companhia; ix. deliberar sobre outros assuntos que julgue de competência coletiva da Diretoria, ou a ela atribuídos pelo Conselho de Administração; e	i. estabelecer políticas específicas e diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pelo Conselho de Administração; ii. elaborar o orçamento, a forma de sua execução e os planos gerais da Companhia, para aprovação do Conselho de Administração; iii. examinar as propostas de controladas da Companhia relativas a desenvolvimento de mercado, plano de investimentos e orçamento, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração; iv. aprovar a agenda de propostas da Companhia e das controladas para negociação com o Órgão Regulador; v. apreciar o relatório da administração e as contas da Diretoria, bem como a proposta de destinação do resultado, submetendo-os ao Conselho Fiscal, aos Auditores Independentes e ao Conselho de Administração; vi. nomear indicar os membros da administração das sociedades controladas da Companhia; vii. indicar os representantes dos órgãos deliberativos dos fundos de previdência complementar patrocinados pela Companhia ou suas controladas; vii. fixar a orientação de voto nas Assembleia Gerais das sociedades controladas e participadas; viii. criar, extinguir e alterar endereços de filiais e escritórios da Companhia;	Alteração visa tornar a redação mais precisa haja vista competir à Diretoria apenas a indicação dos membros da administração das sociedades controladas da Companhia, ao passo que a nomeação efetiva e formal caberá à própria sociedade controlada/participada da Companhia. Com relação à inclusão do inciso (vii), a proposta visa que as indicações de membros dos órgãos deliberativos dos fundos de previdência complementar passem a ser feitas pela Diretoria. Os demais itens foram apenas reenumerados em virtude da inclusão do inciso (vii) mencionado acima. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A alteração não implica em nenhum efeito econômico. Com relação à inclusão do inciso (vii), a proposta gera efeito na governança interna da Companhia com a alteração de alçada do Conselho de Administração para a Diretoria.
--	---	--



x. aprovar a prática de atos conforme alçada da Diretoria aprovada pelo Conselho de Administração.	ix. deliberar sobre outros assuntos que julgue de competência coletiva da Diretoria, ou a ela atribuídos pelo Conselho de Administração; e x. aprovar a prática de atos conforme alçada da Diretoria aprovada pelo Conselho de Administração.	
Art. 40 [...] Parágrafo 2º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Adesão ao Código de Ética e às Políticas de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários adotados pela Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.	Art. 40 [...] Parágrafo 2º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Adesão ao Código de Ética e Conduta e às Políticas de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários adotados pela Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.	<i>Origem e Justificativa:</i> A alteração visa atualizar a nomenclatura do Código de Ética e Conduta da Companhia. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A alteração não implica em nenhum efeito jurídico e econômico.
Art. 41 - O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente à respectiva instalação.	Art. 41 - O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente à respectiva instalação, permanecendo os conselheiros nos cargos até a posse de seus sucessores.	<i>Origem e Justificativa:</i> A alteração tem por objeto evitar eventual vacância no cargo de Conselheiro Fiscal. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A nova redação evita qualquer lacuna na composição do Conselho Fiscal, garantindo a continuidade da fiscalização da Companhia e, portanto, reduz o risco de impugnação de atos praticados pelos membros deste órgão.
Art. 42 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente e, extraordinariamente, quando necessário, lavrando-se as atas dessas reuniões em livro próprio.	Art. 42 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente em caráter ordinário, conforme calendário definido no início de cada mandato e, extraordinariamente, quando em caráter extraordinário, sempre que necessário lavrando-se as atas dessas reuniões em livro próprio.	<i>Origem e Justificativa:</i> O Conselho Fiscal, a fim de otimização dos trabalhos e previsibilidade de agenda, já vem adotando a definição de calendário contendo o cronograma de atividades e reuniões do órgão no início de cada mandato. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A alteração não implica em nenhum efeito jurídico e econômico.
Art. 45 - Serão aplicáveis aos	Art. 45 - Serão aplicáveis aos	<i>Origem e Justificativa:</i>



membros do Conselho Fiscal as mesmas disposições previstas Parágrafo 2º do Artigo 25 deste Estatuto.	membros do Conselho Fiscal as mesmas disposições previstas no Artigo 25, caput e Parágrafo 2º do Artigo 25 deste Estatuto.	O ajuste na referência para inclusão do caput do Artigo 25 tem por objetivo explicitar que a eleição dos membros do Conselho Fiscal também se dá por meio de chapas, tal como no processo de eleição dos membros do Conselho de Administração. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A eleição dos membros do Conselho Fiscal pelo sistema de chapas visa aumentar a sinergia entre seus membros, garantindo que os eleitos tenham uma visão estratégica mais alinhada entre si, reduzindo o risco de impasses. Como a alteração reflete uma prática que já vem sendo adotada nas Assembleias Gerais da Companhia, não há impactos jurídicos ou econômicos.
Art. 55 - O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral, juntamente com as demonstrações financeiras, proposta de destinação do lucro líquido do exercício, com observância do disposto neste estatuto e na lei.	Art. 55 - O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral, juntamente com as demonstrações financeiras, proposta de destinação do lucro líquido do exercício, com observância do disposto neste E estatuto e na lei.	<i>Origem e Justificativa:</i> Simples ajuste para letra maiúscula quando da menção ao Estatuto Social. <i>Efeitos jurídicos e econômicos:</i> A alteração não implica em nenhum efeito jurídico e econômico.



6.2 – CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL CONTENDO AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS.

OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43

NIRE 33.3.0029520-8

Companhia Aberta

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I REGIME JURÍDICO

Art. 1º – A Oi S.A. [“Companhia”] é uma sociedade por ações, de capital aberto, que se rege pelo presente Estatuto e legislação aplicável.

Parágrafo 1º – Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão [“B3”], sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 [“Regulamento do Nível 1”].

Parágrafo 2º – A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela B3.

Parágrafo 3º – Os termos iniciados em letra maiúscula, quando não definidos no corpo deste Estatuto Social, terão o significado que lhes são atribuídos no Regulamento do Nível 1.

Art. 2º – A Companhia tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações, em quaisquer de suas modalidades, e a prática de atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas.

Parágrafo Único – Na consecução de seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como:

- I - participar do capital de outras empresas;
- II - constituir subsidiárias integrais para execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas;
- III - promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;
- IV - prestar serviços de manutenção e instalação de infraestrutura de rede e locação de meios físicos, inclusive para colocação de equipamentos, bem como praticar atividades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação, recuperação e transmissão de informações, incluindo a consultoria, elaboração de projetos, execução, implementação, comercialização, operação, manutenção [assistência técnica] e faturamento de sistemas relacionados a essas atividades e demais serviços de valor adicionado;
- V - atuar no comércio varejista e atacadista especializado de serviços de telecomunicação e de produtos, suprimentos e equipamentos de telefonia, comunicação, tecnologia da informação e informática;
- VI - realizar a locação, manutenção, revenda, operação, comercialização e distribuição de equipamentos, aparelhos e acessórios, bem como a gestão, segurança e monitorização de



dispositivos móveis, sempre em conformidade com as outorgas que lhe conferem tais direitos de exploração;

VII - comercializar, incluindo, mas não se limitando a, alienar, comprar, vender, dar em comodato, alugar, doar bens e/ou mercadorias necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações;

VIII - praticar atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações e tecnologia;

IX - celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades, objetivando a assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades;

X - desenvolver, construir e operar redes de telecomunicações e prestar serviços de valor adicionado, em especial de: (i) alternativa de acesso local a serviços de dados, vídeo e auxiliares de voz; (ii) acesso à internet; e (iii) distribuição de conteúdos em diversos formatos, aplicações e serviços adicionais próprios ou prestados por terceiros;

XI - ofertar e gerenciar soluções de conteúdo e conectividade para acesso, armazenamento, apresentação, movimentação e recuperação de dados;

XII - vender, licenciar e ceder o uso de *softwares*;

XIII - prestar serviço de assinatura de locação de filmes *online*, de titularidade de terceiros e/ou própria, através da internet;

XIV - distribuir conteúdo de *video on demand* a partir de qualquer tecnologia disponível;

XV - prestar serviços de Empacotamento de Comunicação Eletrônica de Massa por Assinatura;

XVI - transmitir publicidade e propaganda através da internet, bem como prestar serviços de promoção e *marketing*;

XVII - prestar serviços de intermediação, faturamento e cobrança de seus clientes e terceiros;

XVIII - prestar serviços de *help-desk* e de apoio ao cliente, relacionados a telecomunicações e tecnologia da informação e segurança, bem como manter e gerir todos e quaisquer relacionamentos com o usuário final e derivado das atividades da Companhia;

XIX - ofertar e explorar soluções integradas, gerir e prestar serviços relacionados a: (i) data center, incluindo *cloud*, hospedagem e *colocation*; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, texto, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação, (iv) segurança da informação e da comunicação; (v) sistema de segurança eletrônica, e (vi) internet das coisas; e

XX - exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social, inclusive às atividades previstas neste Parágrafo Único.

Art. 3º - A Companhia tem sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, podendo, por deliberação da Diretoria, observado o disposto no Artigo 39, criar, extinguir e alterar endereços de filiais e escritórios da Companhia.

Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL

Art. 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 33.928.057.944,64 (trinta e três bilhões, novecentos e vinte e oito milhões, cinquenta e sete mil, novecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), representado por 13.204.868 (treze milhões, duzentas e quatro mil, oitocentas e sessenta e oito) ações, sendo 13.141.778 (treze milhões, cento e quarenta e uma mil, setecentas e setenta e oito) ações ordinárias e 63.090 (sessenta e três mil e noventa) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.



Parágrafo 1º - É vedada a emissão pela Companhia de partes beneficiárias e de novas ações preferenciais.

Parágrafo 2º - As ações preferenciais poderão ser convertidas em ações ordinárias, quando e nas condições aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo 3º - Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais, sendo mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ["CVM"], em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

Parágrafo 4º - Os custos de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme disposto no Artigo 35, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ["Lei das Sociedades por Ações"].

Art. 6º - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias, até que o valor do seu capital social alcance R\$38.038.701.741,49, observado que a Companhia não poderá mais emitir ações preferenciais em aumentos de capital por subscrição pública ou particular.

Parágrafo Único - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá:

- i. deliberar sobre a emissão do bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; e
- ii. de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados da Companhia ou sociedade sob seu controle e/ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência à subscrição dessas ações.

Art. 7º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, o capital da Companhia poderá ser aumentado mediante capitalização de lucros ou de reservas.

Parágrafo Único - A capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações de emissão da Companhia.

Art. 8º - O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Art. 9º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, pode ser excluído ou reduzido o prazo para o exercício do direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Art. 10 - A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito nas condições previstas no boletim ou na chamada fará com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos Artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M na menor periodicidade legalmente admitida, além dos juros de 12% [doze por cento] ao ano, "pro rata temporis" e multa correspondente a 10% [dez por cento] do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.



CAPÍTULO III AÇÕES

Art. 11 - A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - As ações ordinárias asseguram aos seus titulares o direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de alienação de controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao alienante, nos termos do Art. 46 deste Estatuto.

Art. 12 - As ações preferenciais não têm direito de voto, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da companhia ou de 3% (três por cento) ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da companhia, o que for maior.

Parágrafo 1º - As ações preferenciais da Companhia, observado o *caput* deste artigo, terão direito de voto, mediante votação em separado, nas decisões relativas à contratação de entidades estrangeiras vinculadas aos acionistas controladores, nos casos específicos de contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive assistência técnica.

Parágrafo 2º - As ações preferenciais da Companhia, observado o *caput* deste artigo, terão direito de voto nas decisões relativas à contratação de entidades estrangeiras vinculadas aos acionistas controladores, a título de prestação de serviços de gerência, inclusive assistência técnica, e cujos valores não poderão exceder ao ano, até o final da concessão, o percentual de 0,1% [zero vírgula um por cento] da receita anual do Serviço Telefônico Fixo Comutado, líquida de tributos.

Parágrafo 3º - As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar dividendos mínimos a que fazem jus nos termos deste artigo.

CAPÍTULO IV ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da lei ou deste Estatuto.

Art. 14 - A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. A Assembleia Geral poderá ser realizada de modo presencial, parcial digital ou exclusivamente digital, observada a regulamentação aplicável.

Parágrafo Único - Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o "Livro de Presença de Acionistas", ressalvados os casos de assembleia parcial ou exclusivamente digital, em que o registro de presença se dá por meio do sistema eletrônico de participação a distância.

Art. 15 - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ou na forma prevista no parágrafo único do Artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações.

Art. 16 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou por quem este indicar por escrito. Na ausência do Presidente do



Conselho de Administração ou de indicação de sua parte, a Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar por escrito. Ocorrendo a ausência também do Vice-Presidente do Conselho ou de indicação de sua parte, caberá a qualquer Diretor presente instalar e presidir a Assembleia Geral. O Presidente da Assembleia Geral, por sua vez, deverá escolher o respectivo Secretário.

Art. 17 – Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pela Mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação:

- (i) Até 2 [dois] dias úteis antes da Assembleia Geral todos os acionistas deverão enviar à Companhia, no endereço indicado no Edital de Convocação, comprovante ou extrato expedido pela instituição escrituradora ou pelo responsável pela custódia contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente nos 3 [três] dias úteis antes da assembleia geral; e (i) quando Pessoa Jurídica, cópias do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia Geral, devidamente registrado(s) na Junta Comercial competente; ou (ii) quando Pessoa Física, cópias do documento de identidade e número de contribuinte do acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento, cópias do regulamento em vigor do Fundo e Estatuto Social ou Contrato Social do administrador ou do gestor do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia, devidamente registrado na Junta Comercial competente. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida por meio de assinatura digital ou eletrônica com certificação fora ou no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira [ICP-Brasil], bem como as cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente.

Art. 18 – As deliberações da Assembleia, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos presentes e representados, não se computando as abstenções.

Art. 19 – Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas.

Parágrafo 1º – A ata poderá ser lavrada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidência e protestos.

Parágrafo 2º – Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, as atas serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

Art. 20 – Além das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto, compete privativamente à Assembleia Geral:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal;
- (ii) fixar a remuneração global dos administradores e membros do Conselho Fiscal;
- (iii) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou sociedades sob seu controle direto ou indireto e/ou a pessoas físicas que prestem serviços à Companhia;
- (iv) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;



- (v) autorizar os administradores a confessar falência, a requerer recuperação judicial ou a propor recuperação judicial;
- (vi) deliberar sobre proposta de saída da Companhia do segmento especial de listagem Nível 1 de Governança Corporativa da B3; e
- (vii) escolher a instituição ou a empresa especializada responsável pela avaliação da Companhia, nas hipóteses previstas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social.

CAPÍTULO V ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Seção I Normas Gerais

Art. 21 - A Administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo 1º - A investidura dos administradores, que independerá de caução, dar-se-á pela assinatura do termo de posse no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso. A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do Regulamento do Nível 1 e do Termo de Adesão ao Código de Ética e Conduta e às Políticas de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários adotados pela Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Seção II Conselho de Administração

Art. 22 - O Conselho de Administração é composto por um mínimo de 7 (sete) até 9 (nove) membros titulares, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Somente podem ser eleitas para integrar o Conselho de Administração da Companhia, as pessoas que, além dos requisitos legais e regulamentares, (i) não ocuparem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia ou de suas controladas no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração e/ou fiscal; e (ii) não tenham interesse conflitante com o da Companhia ou com o de suas controladas.

Parágrafo 2º - Os titulares de ações preferenciais terão direito de eleger, por votação em separado, um membro do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - A alteração do disposto no Parágrafo 2º deste artigo dependerá de aprovação, em separado, dos titulares das ações preferenciais.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração permanecerão em seus cargos após o término do mandato até a posse de seus substitutos.

Art. 23 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre os Conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 21.



Parágrafo 1º - Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar as reuniões do Conselho de Administração e providenciar a convocação das Assembleias Gerais, quando aprovado pelo Conselho.

Parágrafo 2º - Em caso de impedimento ou ausência temporária, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho.

Parágrafo 3º - Em caso de vacância permanente do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente do Conselho de Administração, o novo presidente será indicado pelo Conselho de Administração dentre seus membros, em reunião especialmente convocada para este fim.

Art. 24 - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% [vinte por cento] deverão ser Conselheiros Independentes, na forma prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante a faculdade prevista pelo Artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Único - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no *caput* deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário de conselheiros, a Companhia deverá proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Art. 25 - Ressalvado o disposto no Artigo 26 deste Estatuto, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.

Parágrafo 1º - Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer as chapas: [a] indicadas pelo Conselho de Administração; ou [b] que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração deverá, até a ou na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração, divulgar proposta da administração com a indicação dos integrantes da chapa proposta e disponibilizar na sede da Companhia declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, contendo: [a] sua qualificação completa; [b] descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, bem como qualificações profissionais e acadêmicas; e [c] informações sobre processos disciplinares e judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, como também informação, se for o caso, da existência de hipóteses de impedimento ou conflito de interesses previstas no Artigo 147, Parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º - Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, com antecedência de, pelo menos, 05 [cinco] dias em relação à data marcada para a Assembleia Geral, encaminhar ao Conselho de Administração declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo anterior, cabendo ao Conselho de Administração providenciar a divulgação imediata, por meio de aviso inserido na página da Companhia na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a B3, da informação de que os documentos referentes às demais chapas apresentadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Parágrafo 4º - Os nomes indicados pelo Conselho de Administração ou por acionistas deverão ser identificados, em sendo o caso, como candidatos a Conselheiros Independentes, observado o disposto no Artigo 24 acima.



Parágrafo 5º - A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 6º - Cada acionista somente poderá votar a favor de uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Art. 26. Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo, desde que o façam, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, observados os requisitos previstos em lei e na regulamentação da CVM.

Parágrafo 1º - A Companhia, imediatamente após o recebimento do pedido, deverá divulgar, por meio de aviso inserido em sua página na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, à CVM e à B3, a informação de que a eleição se dará pelo processo do voto múltiplo.

Parágrafo 2º - Instalada a Assembleia Geral, a mesa promoverá, à vista das assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e do número de ações de titularidade dos acionistas presentes, o cálculo do número de votos que caberão a cada acionista.

Parágrafo 3º - Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata o Artigo 25, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionista presente, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as declarações assinadas por estes candidatos, com o conteúdo referido no Parágrafo 2º do Artigo 25 deste Estatuto.

Parágrafo 4º - Cada acionista terá o direito de cumular os votos a ele atribuídos em um único candidato ou distribuí-los entre vários, sendo declarados eleitos aqueles que receberem maior quantidade de votos.

Parágrafo 5º - Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

Parágrafo 6º - Sempre que a eleição tiver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará a destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição. Nos demais casos de vacância, a primeira Assembleia Geral procederá à nova eleição de todo o Conselho de Administração, nos termos do artigo 141, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 7º - Caso a Companhia venha a estar sob controle de acionista ou grupo controlador, conforme definido no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, acionistas minoritários detentores de ações ordinárias poderão, na forma prevista no Parágrafo 4º do Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, requerer que a eleição de um membro do Conselho de Administração seja feita em separado, não sendo aplicáveis a tal eleição as regras previstas no Artigo 26 acima.

Art. 27 - Caso seja eleito conselheiro residente e domiciliado no exterior, sua posse fica condicionada à constituição de procurador, residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação em ação que venha a ser proposta contra ele, com base na legislação societária. O prazo de validade da procuração será de, pelo menos, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do respectivo conselheiro.



Art. 28 - O Conselho de Administração reunir-se-á, em caráter ordinário, conforme calendário definido no início de cada exercício social, o qual preverá, no mínimo, reuniões mensais, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo 1º - A convocação das reuniões do Conselho de Administração deverá ser realizada por escrito, por meio de e-mail, carta e/ou outros meios eletrônicos acordados pela totalidade de seus membros, e deverá conter, além do local, data e hora da reunião e a ordem do dia.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 5 [cinco] dias de antecedência, sendo que, independente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Em caso de urgência, o Presidente do Conselho de Administração poderá convocar reunião do Conselho de Administração com prazo menor de antecedência que aquele previsto no Parágrafo 2º deste Artigo.

Art. 29 - A reunião do Conselho de Administração instalar-se-á com a presença da maioria de seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente do Conselho, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo 1º - É facultada a participação dos Conselheiros nas reuniões do órgão através de conferência telefônica, videoconferência, qualquer outro meio de comunicação que permita que todos os Conselheiros possam ver e/ou ouvir uns aos outros ou, ainda, mediante envio antecipado de voto por escrito. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e votação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião, a qual deverá ser lavrada e assinada por todos os presentes até a próxima reunião.

Parágrafo 2º - O membro do Conselho de Administração não poderá participar das deliberações do Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia, devendo (i) cientificar os demais membros do Conselho de Administração acerca de seu impedimento; e (ii) fazer consignar, na ata da respectiva reunião, a natureza e extensão do seu interesse.

Art. 30 - Ressalvado o disposto no Artigo 23, Parágrafo 2º acima, os membros do Conselho de Administração poderão ser substituídos em caso de ausência por um membro do Conselho de Administração nomeado por escrito pelo Conselheiro ausente. O membro indicado pelo Conselheiro ausente para representá-lo em reunião do Conselho de Administração terá, além de seu próprio voto, o voto do Conselheiro ausente, ressalvado o disposto no Parágrafo 1º do Artigo 29 deste Estatuto.

Parágrafo Único - Observado o disposto no Artigo 23, Parágrafo 3º acima, na hipótese de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, observar-se-á o disposto no Artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvado o disposto no Parágrafo 6º do Artigo 26 deste Estatuto.

Art. 31 - Além das atribuições previstas em lei e neste Estatuto, compete ao Conselho de Administração:

- i. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas e acompanhar sua execução;
- ii. convocar a Assembleia Geral;



- iii. aprovar o orçamento anual da Companhia e de suas controladas, e as metas e estratégias de negócios previstos para o período subsequente;
- iv. aprovar a política de remuneração dos administradores e empregados da Companhia, definindo as metas a serem alcançadas em programas de remuneração variável, observada a legislação aplicável;
- v. manifestar-se e submeter à Assembleia Geral o relatório da administração e as contas da diretoria;
- vi. eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições legais e estatutárias;
- vii. avaliar o desempenho do Diretor Presidente;
- viii. fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, examinar, a qualquer tempo, os livros da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos;
- ix. escolher e destituir os auditores independentes;
- x. aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento;
- xi. estabelecer a localização da sede da Companhia;
- xii. submeter à Assembleia Geral a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício;
- xiii. aprovar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- xiv. autorizar a emissão de ações pela Companhia, nos limites autorizados no Artigo 7º deste Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização;
- xv. aprovar a realização, pela Companhia ou suas controladas, de investimentos e desinvestimentos no capital de outras sociedades que excederem a alçada da Diretoria, assim como autorizar associações e celebração de acordos de acionistas pela Companhia e suas controladas;
- xvi. aprovar empréstimos, financiamentos ou outras operações que impliquem em endividamento da Companhia ou das sociedades controladas, cujo valor seja superior à alçada da Diretoria;
- xvii. aprovar a emissão e cancelamento de debêntures simples, bem como a emissão de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, e de debêntures não conversíveis da Companhia e de suas controladas;
- xviii. autorizar a Diretoria a adquirir, alienar e constituir ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre os bens do ativo permanente, prestar garantias em geral, celebrar contratos de qualquer natureza, renunciar a direitos e transações de qualquer natureza da Companhia e de suas controladas, em valores que representem responsabilidade igual ou superior à alçada da Diretoria;
- xix. autorizar a prestação de garantias reais ou fidejussórias pela Companhia e de suas controladas para obrigações de terceiros em valor superior à alçada da Diretoria;
- xx. aprovar contribuições extraordinárias para os fundos de previdência complementar patrocinados pela Companhia ou suas controladas;
- xxi. elaborar e divulgar parecer fundamentado a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, no qual deverá haver manifestação, sobre, no mínimo, [a] a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; [b] os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e [c] alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado, abrangendo, ainda, opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da oferta pública de aquisição de ações e o alerta de que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a referida aceitação;



- xxii. tendo em vista o compromisso da Companhia e das sociedades controladas com o desenvolvimento sustentável, autorizar a prática de atos gratuitos em benefício de seus empregados ou da comunidade, em valor superior à alçada da Diretoria;
- xxiii. dentro do limite do capital autorizado, autorizar a outorga de opção de compra de ações aos seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia; e
- xxiv. distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria a remuneração fixada pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Em cada exercício social, na primeira reunião que suceder à realização da Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá aprovar as alçadas da Diretoria da Companhia e suas controladas, segundo as atribuições previstas neste Artigo.

Parágrafo 2º - É vedado à Companhia conceder empréstimos ou garantias de qualquer espécie para os acionistas que integrem o bloco de controle, a controladores destes ou sociedades sob o controle comum, ou, ainda, a sociedades por eles direta ou indiretamente controladas.

Art. 32 - A Companhia terá um Comitê de Auditoria, Riscos e Controles ["CARC"], órgão de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, podendo este, ainda, criar outros Comitês de Assessoramento, designando os seus respectivos membros.

Parágrafo 1º - O CARC adotará Regimento Interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que deverá prever detalhadamente suas funções, requisitos de admissibilidade e independência, suas competências e seus procedimentos operacionais.

Parágrafo 2º - O CARC funcionará permanentemente e será composto, no mínimo, por 3 (três) e, no máximo, por 5 (cinco) membros, indicados pelo Conselho de Administração, observados os requisitos da legislação aplicável. Os membros do CARC terão mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Os demais Comitês de Assessoramento criados pelo Conselho de Administração terão seus objetivos e competências por ele definidos, serão compostos por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e deverão sempre ter sua maioria composta por Conselheiros de Administração da Companhia.

Parágrafo 4º - Não poderão ser indicados como membros de qualquer Comitê empregados ou Diretores da Companhia.

Parágrafo 5º - Sempre que as atribuições de determinado Comitê de Assessoramento assim o exigirem, o Conselho de Administração poderá designar especialista(s) externo(s) como membro(s) do referido Comitê, desde que reconhecido(s) por sua notória qualificação técnica e experiência nas matérias afetas ao Comitê, selecionado(s) através de processo organizado pela Companhia. O membro externo do Comitê estará sujeito aos mesmos deveres e responsabilidades a que os Conselheiros de Administração estão obrigados, no âmbito de sua atuação no respectivo Comitê.

Art. 33 - A Auditoria Interna da Companhia será subordinada ao Conselho de Administração.

Seção III **Diretoria**

Art. 34 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Finanças, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Jurídico, e os demais serão Diretores sem designação específica, eleitos pelo Conselho



de Administração.

Parágrafo 1º - O cargo de Diretor de Relações com Investidores poderá ser exercido cumulativamente ou não com outras funções.

Parágrafo 2º - O mandato dos Diretores será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Parágrafo 3º - A Diretoria atuará como órgão de deliberação colegiada, ressalvadas as atribuições individuais de cada um de seus integrantes, nos termos deste Estatuto.

Art. 35 - Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Reunião de Diretoria, bem como a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

Parágrafo 1º - Compete ao Diretor Presidente:

- I - submeter à deliberação do Conselho de Administração as propostas aprovadas em Reuniões da Diretoria, quando for o caso;
- II - manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades e o andamento dos negócios sociais;
- III - orientar e coordenar a atuação dos demais Diretores;
- IV - exercer o voto de qualidade nas Reuniões de Diretoria; e
- V - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Compete aos demais Diretores assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia e, sob a orientação e coordenação do Diretor Presidente, exercer as funções que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Nas ausências e impedimentos temporários do Diretor Presidente, este será substituído por qualquer Diretor por ele designado.

Parágrafo 4º - Observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 38, nos casos de ausências e impedimentos temporários do Diretor Presidente e do Diretor por ele designado, a Presidência será exercida por outro Diretor designado pelo Diretor ausente ou impedido que estiver, na forma do *caput* deste Artigo, exercendo as funções do Diretor Presidente.

Parágrafo 5º - Os demais membros da Diretoria serão substituídos, nas suas ausências e impedimentos temporários, por um outro Diretor indicado pela Diretoria. O Diretor que estiver substituindo outro Diretor ausente, além de seu próprio voto, expressará o voto do Diretor ausente.

Parágrafo 6º - - Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Jurídico, e até que o Conselho de Administração delibere a respeito da eleição para o cargo vago, as funções relativas ao cargo vago serão cumuladas por Diretor designado pela Diretoria.

Art. 36 - A Diretoria reunir-se-á, em caráter ordinário, conforme calendário definido no início de cada exercício social, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo 1º - Os Diretores poderão participar das reuniões do órgão através de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita que todos os Diretores possam ver e/ou ouvir uns aos outros. Nesse caso, os Diretores serão considerados presentes à reunião, devendo ser lavrada ata e assinada por todos os presentes até a próxima reunião.



Art. 37 - Observadas as disposições contidas neste Estatuto, serão necessárias para vincular a Companhia: (i) a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores; (ii) a assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto com um procurador, ou (iii) a assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, investidos de poderes específicos. As citações e notificações judiciais ou extrajudiciais serão feitas na pessoa dos Diretores ou procurador constituído na forma deste Artigo.

Parágrafo 1º - A Companhia poderá ser representada por apenas um Diretor ou um procurador, este último devidamente mandatado na forma deste Artigo, na prática dos seguintes atos:

- I - recebimento e quitação de valores devidos à e pela Companhia;
- II - emissão, negociação, endosso e desconto de duplicatas relativas às suas vendas;
- III - assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia;
- IV - representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação, consórcios, associações e outras entidades das quais a Companhia participe;
- V - representação da Companhia em juízo, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos;
- VI - prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza; e
- VII - quando o ato a ser praticado impuser representação singular.

Parágrafo 2º - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia, que serão assinados por 2 (dois) Diretores em conjunto, deverão especificar os poderes conferidos e terão prazo máximo de validade de 1 (um) ano, com exceção daqueles com os poderes das cláusulas *ad judicia* e/ou *ad judicia et extra* e/ou poderes para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, que terão prazo máximo de validade indeterminado.

Art. 38 - Compete à Diretoria, como órgão colegiado:

- i. estabelecer políticas específicas e diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pelo Conselho de Administração;
- ii. elaborar o orçamento, a forma de sua execução e os planos gerais da Companhia, para aprovação do Conselho de Administração;
- iii. examinar as propostas de controladas da Companhia relativas a desenvolvimento de mercado, plano de investimentos e orçamento, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração;
- iv. aprovar a agenda de propostas da Companhia e das controladas para negociação com o Órgão Regulador;
- v. apreciar o relatório da administração e as contas da Diretoria, bem como a proposta de destinação do resultado, submetendo-os ao Conselho Fiscal, aos Auditores Independentes e ao Conselho de Administração;
- vi. indicar os membros da administração das sociedades controladas da Companhia;
- vii. indicar os representantes dos órgãos deliberativos dos fundos de previdência complementar patrocinados pela Companhia ou suas controladas;
- viii. fixar a orientação de voto nas Assembleia Gerais das sociedades controladas e participadas;
- ix. criar, extinguir e alterar endereços de filiais e escritórios da Companhia;
- x. deliberar sobre outros assuntos que julgue de competência coletiva da Diretoria, ou a ela atribuídos pelo Conselho de Administração; e
- xi. aprovar a prática de atos conforme alçada da Diretoria aprovada pelo Conselho de Administração.



Parágrafo 1º - Caberá ao Diretor Presidente convocar, de ofício, ou a pedido de 2 (dois) ou mais Diretores, e presidir, as reuniões da Diretoria.

Parágrafo 2º - A reunião da Diretoria instalar-se-á com a presença da maioria de seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

Parágrafo 3º - Na ausência do Diretor Presidente, caberá ao Diretor indicado nos termos do Artigo 35, parágrafos 3º e 4º, deste Estatuto, presidir a reunião de Diretoria, observado que o Diretor Presidente substituto não terá voto de qualidade.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

Art. 39 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da administração da Companhia, devendo funcionar permanentemente.

Art. 40 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, na forma da lei, com as atribuições, competências e remuneração previstas em lei.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal deverão ser independentes, devendo para tal fim atender os seguintes requisitos: (i) não ser ou ter sido nos últimos três anos empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade controlada ou sob controle comum (ii) não receber nenhuma remuneração direta ou indiretamente da Companhia ou de sociedade controlada ou sob controle comum, exceto a remuneração como membro do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Adesão ao Código de Ética e Conduta e às Políticas de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários adotados pela Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

Parágrafo 4º - O Conselho Fiscal poderá solicitar à Companhia a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

Art. 41 - O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente à respectiva instalação, permanecendo os conselheiros nos cargos até a posse de seus sucessores.

Art. 42 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, em caráter ordinário, conforme calendário definido no início de cada mandato e, em caráter extraordinário, sempre que necessário, lavrando-se as atas dessas reuniões em livro próprio.

Parágrafo 1º - As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por 2 (dois) de seus membros em conjunto.

Parágrafo 2º - A reunião do Conselho Fiscal instalar-se-á com a presença da maioria de seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente do Conselho, em caso de empate, o voto de qualidade.



Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal poderão participar de reunião do órgão através de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita que todos os Conselheiros possam ver e/ou ouvir uns aos outros. Nesse caso, os membros do Conselho Fiscal serão considerados presentes à reunião, devendo ser lavrada ata e assinada por todos os presentes até a próxima reunião.

Art. 43 - Os membros do Conselho Fiscal são substituídos, em caso de impedimento temporário ou vacância, pelo respectivo suplente.

Art. 44 - Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, dá-se a vacância do cargo quando o membro do Conselho Fiscal deixar de comparecer, sem justa causa, a 2 [duas] reuniões consecutivas ou 3 [três] intercaladas, no exercício anual.

Parágrafo Único - No caso de vacância de cargo de membro do Conselho Fiscal e não assumindo o suplente, a Assembleia Geral se reunirá imediatamente para eleger substituto.

Art. 45 - Serão aplicáveis aos membros do Conselho Fiscal as mesmas disposições previstas no Artigo 25, caput e Parágrafo 2º deste Estatuto.

CAPÍTULO VII OFERTAS PÚBLICAS

Seção I Alienação de Controle

Art. 46 - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Art. 47 - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle da Companhia, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 1.

Art. 48 - Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 1.

Parágrafo Único - Não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas sobre exercício do direito de voto que conflite com as disposições deste Estatuto.

Seção II Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída de Mercados

Art. 49 - O cancelamento do registro de companhia aberta deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações, por preço justo, a qual deverá observar os procedimentos e as exigências estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.

Art. 50 - A saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deverá ser precedida de oferta pública de



aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos:

- I. o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida no Artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76; e
- II. acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo 1º – Para fins do artigo 50, inciso II, deste Estatuto Social, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Nível 1 ou se habilitem para o leilão da oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de companhia aberta para cancelamento de registro.

Parágrafo 2º – Caso atingido o quórum mencionado no inciso II do caput: (i) os aceitantes da oferta pública de aquisição de ações não poderão ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de ações, e (ii) o ofertante ficará obrigado a adquirir ações em circulação remanescentes pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final da oferta pública de aquisição de ações, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital e da regulamentação em vigor, que deverá ocorrer, em no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

Parágrafo 3º – A notícia da realização da oferta pública mencionada neste Artigo 50 deverá ser comunicada à B3 e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado a saída ou aprovado referida reorganização.

Parágrafo 4º – A realização da oferta pública de aquisição de ações referida *caput* deste Artigo estará dispensada se a Companhia sair do Nível 1 de Governança Corporativa em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da B3 denominado Nível 2 de governança corporativa [“Nível 2”] ou no Novo Mercado [“Novo Mercado”] ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Nível 2 ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

Art. 51 – A saída voluntária do Nível 1 poderá ocorrer independentemente da realização da oferta pública mencionada no Artigo 50 acima, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, observados os seguintes requisitos:

- I. a Assembleia Geral referida no *caput* deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação;
- II. caso o quórum do item I não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação; e
- III. a deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.

Art. 52 – Na hipótese de ocorrer a alienação de controle da Companhia nos 12 (doze) meses subsequentes à sua saída do Nível 1, o alienante e o adquirente devem, conjunta e solidariamente, (i) realizar oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia detidas pelos demais



acionistas na data da saída ou da liquidação da oferta pública para saída do Nível 1, pelo preço e nas condições obtidas pelo alienante, devidamente atualizado; ou [ii] pagar a tais acionistas a diferença, se houver, entre o preço da oferta pública de ações aceita por tais acionistas e o preço obtido pelo acionista controlador na alienação de suas próprias ações.

Parágrafo 1º - Para efeito de aplicação das obrigações previstas no *caput* deste Artigo, devem ser observadas as mesmas regras aplicáveis à alienação de controle previstas nos Artigos 46 a 48 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A Companhia e o acionista controlador ficam obrigados a averbar no Livro de Registro de Ações da Companhia, em relação às ações de propriedade do acionista controlador, ônus que obrigue o adquirente do controle a cumprir as regras previstas neste Artigo no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da alienação das ações.

Art. 53 - A Companhia, na hipótese de oferta pública voluntária para aquisição de ações, ou os acionistas, nas hipóteses em que estes forem responsáveis pela efetivação de oferta pública de aquisição de ações prevista neste Estatuto Social ou na regulamentação emitida pela CVM, poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista ou terceiro. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se exime da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VIII EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 54 - O exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, devendo a Diretoria, ao final de cada exercício elaborar o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei.

Art. 55 - O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral, juntamente com as demonstrações financeiras, proposta de destinação do lucro líquido do exercício, com observância do disposto neste Estatuto e na lei.

Parágrafo Único - Dos lucros líquidos ajustados, 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos, na forma do disposto no Artigo 57 abaixo.

Art. 56 - Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, a seguir, serão pagos aos titulares de ações ordinárias até o valor pago às preferenciais; o saldo será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Art. 57 - Após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal, até que esta atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) uma parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, será destinada para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados;
- c) por proposta dos órgãos da administração, uma parcela correspondente a até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, será destinada para a constituição da Reserva para Reforço Patrimonial, com a



finalidade de reforçar a posição de capital e patrimonial da Companhia, visando a permitir a realização de investimentos e redução de endividamento; e

d) o saldo remanescente terá a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único - O saldo da Reserva para Reforço Patrimonial, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% [cem por cento] do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Art. 58 - A Companhia pode, por deliberação do Conselho de Administração, pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26.12.95. Os juros pagos serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório devido tanto aos titulares de ações ordinárias quanto aos das ações preferenciais.

Parágrafo 1º - Os dividendos e os juros sobre capital próprio de que trata o *caput* serão pagos nas épocas e na forma indicadas pela Diretoria, revertendo a favor da sociedade os que não forem reclamados dentro de 3 [três] anos após a data de início do pagamento.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá autorizar a Diretoria a deliberar sobre a matéria de que trata o *caput* do presente Artigo.

Art. 59 - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, pode, observadas as limitações legais:

(i) levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, declarar dividendos; e

(ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Art. 60 - A Companhia pode, por deliberação da Assembleia Geral, observados os limites legais e conforme as determinações da Lei das Sociedades por Ações, atribuir participação nos lucros a seus administradores e empregados.

Parágrafo Único - A Companhia pode, por deliberação do Conselho de Administração, atribuir aos trabalhadores participação nos lucros ou resultados da empresa, na forma da Lei n.º 10.101/2000.

CAPÍTULO IX

LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 61 - A Companhia dissolve-se, entrando em liquidação, nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia, que determinará o modo de liquidação e elegerá o liquidante e o conselho fiscal para o período da liquidação, fixando-lhes as respectivas remunerações.

Art. 62 - Os órgãos sociais da Companhia tomarão, dentro de suas atribuições, todas as providências necessárias para evitar que a Companhia fique impedida, por violação do disposto no Artigo 68 da Lei nº 9.472/97, e sua regulamentação, de explorar, direta ou indiretamente, concessões ou licenças de serviços de telecomunicações.



CAPÍTULO X JUIZO ARBITRAL

Art. 63 – A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia referente a direitos patrimoniais disponíveis que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 1, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 1 de Governança Corporativa.

Parágrafo Único – Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser submetido, exclusivamente, ao Poder Judiciário, sendo certo que o foro eleito para tais medidas é o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

VOLTAR

